

« Experiencia militante »

Histórias das assim chamadas ONGs*

O conjunto de organizações aqui pesquisadas se reconhece em torno de uma identidade comum, antes de mais nada, pelo pertencimento à única associação existente no país que congrega algo definido – por ela definido – como ONG. Portanto o trabalho a seguir refere-se empiricamente a apenas uma parte do universo das hoje chamadas ONGs. No entanto trata-se, por excelência, de um conjunto emblemático no que diz respeito a processos de construção e de caracterização social desse « tipo » de organização, na sociedade brasileira.

Esse trabalho fala então sobre as ONGs brasileiras tomadas desde sua pré-história e suas trajetórias iniciais, lá pelos anos 1970. Trata da gênese de um conjunto de organizações que, a partir de certo momento, passaram a ser chamadas de ONGs : e é onde para a história construída aqui. Ou seja, traz algumas dimensões da construção social de uma forma organizacional específica, ou de um conjunto de organizações que vêm ocupando posições análogas no espaço social, nas duas últimas décadas.

O que é ONG ?

ONG não está no dicionário. No Aurélio não consta a expressão « organização não governamental », ou a sigla que já virou palavra – « ONG », « ongue ». No verbete « Organização » (« associação ou instituição de objetivos definidos »...) são citadas como exemplos « organização filantrópica » e « Organização das Nações unidas ». Até que passou perto, mas a ONG de que se trata aqui – não reconhecida (ainda ?) pelos filólogos como algo de qualidade particular – situa-se justamente num ponto do caminho que vai da caridade pessoalizada à ação pública governamental, não se confundindo com nenhuma das duas. Claro, também não é termo definido em lei : inexistente dispositivo jurídico que reconheça a classificação « organização não governamental ». Tampouco possui densidade, enquanto conceito sociologicamente elaborado.

* Esse texto é parte, adaptada, de um trabalho publicado em 1998 : L. LANDIM, ed., *Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc*, Rio de Janeiro, NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998 (esgotado).

Uma forma de pensar o significado da expressão ONG é considerá-la enquanto categoria construída socialmente. Aparecendo em tempos recentes – e trato aqui particularmente do contexto brasileiro – vem sendo usada para designar um conjunto de organizações da sociedade civil com características peculiares. O reconhecimento e visibilidade social desse nome não se deu da noite para o dia, mas se construiu no decorrer da década de 1980 a partir de todo um investimento, por um conjunto específico de agentes e entidades, na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade, como vai ser retomado adiante. Vale lembrar que, como se sabe, o termo ONG tem origem e trânsito internacionais¹. No entanto, é importação que se adapta e retraduz em função de relações e dinâmicas sociais locais – e é esse o sentido que se busca, ao pensá-lo enquanto categoria socialmente construída na sociedade brasileira.

Organização não governamental é expressão que traz a marca da polissemia, movendo-se num campo que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – e, portanto, podendo constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos. Suas conotações e definições sociais podem, portanto, também variar com o tempo. No entanto, apesar da polissemia, da mera definição literal por negação, no contexto brasileiro (e não só) durante as duas últimas décadas o nome tem sido predominantemente usado para designar um conjunto determinado de organizações cuja pré-história remonta ainda aos anos 1970 e cuja história foi-se compondo ao longo dos 1980. Nas transformações e deslocamentos entre fronteiras de conjuntos variados de organizações da sociedade civil dedicadas à ação social, neste final de década, torna-se razoável pensar que o destino do termo seja incerto.

Mas já havia quem dissesse, há cerca de dez anos atrás e quando esse nome era reconhecido apenas em meios bastante restritos, que as ONGs eram uma « novidade institucional » no cenário latinoamericano. Seriam « alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda » (Fernandes 1985). No mesmo período, ressaltava-se ainda que eram entidades existindo « a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados (...) dentro de perspectivas de transformação social » (Landim 1988). Ou então, nos inícios da década de 1990, se sugeria que eram « micro-organismos do processo democrático, referências, lugares de inovação e criação de novos processos », ou « espaços de criação da utopia democrática » (Souza 1992). Por essa época também foram definidas enquanto « canais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais » (Oliveira Neto 1992). Ou ainda como « uma inovação institucional da esquerda brasileira » (Fernandes & Piquet 1992). Se essas definições foram produzidas no contexto de debates e publicações nascidas dentro do próprio meio, referências recentes elaboradas em outros contextos e por autores de trajetórias diversas parecem não se distanciar dessas

1. O termo surge em documentos das Nações unidas, nos finais dos anos 1940, designando um universo bastante amplo e vago de organizações com as quais esse Organismo poderia estabelecer consultorias.

concepções originais. Por exemplo, segundo Francisco de Oliveira as ONGs « surgem como um dado novo da nova complexidade da sociedade (...). São um "lugar" de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante » (Oliveira 1997).

No decorrer da última década – com particular relevo para os tempos da ECO 92 – a categoria ONG foi frequentando progressivamente os espaços da mídia e os debates do campo político. As organizações assim denominadas também conquistaram algum lugar ao sol enquanto objeto de teses e dissertações nas universidades.

Pensando ainda na produção acadêmica, um passeio por textos referidos a certas temáticas nos faz encontrar as ONGs, aqui e ali, pontilhando progressivamente esses trabalhos. As ONGs são mencionadas, por exemplo, em análises sobre os movimentos sociais contemporâneos. Aparecem como elementos presentes na conformação de movimentos que germinam ainda dentro do regime autoritário, como o novo sindicalismo, os movimentos e associações de bairro, a luta pela terra, etc. – tempos da idéia do « popular », que mais tarde se transformará na de « sociedade civil » (com passagem pela « sociedade civil popular »). São associadas algumas vezes às condições de fortalecimento das alas da Igreja inspiradas pela Teologia da Libertação, no mesmo contexto. Já com relação a acontecimentos dos anos 1980-1990 podem ser encontradas pontuando textos referidos aos movimentos sociais ditos fragmentados, ligadas à construção de identidades e sujeitos coletivos, ou de grupos de defesa de direitos específicos ou difusos: ambientalismo, mulheres, negros, portadores de HIV, povos indígenas, crianças e adolescentes, etc. Têm um lugar, portanto, em debates recentes sobre as redefinições dos princípios universalizantes da cidadania, em confronto com as diferenciadas identidades, valores, interesses que surgem na cena pública. Enquanto tal, e por sua vocação internacional, são mencionadas como agências globalizadoras de políticas de identidade que emergiram desde os anos 1960 nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Em temáticas afins, ultimamente têm aparecido nas discussões sobre a questão da representação política e das formas peculiares de se produzir legitimidade e poder, por atores e movimentos sociais contemporâneos – frequentemente, associadas à idéia da descrença em instituições políticas e associativas tradicionais. A representatividade e a capacidade de convocação construídas, se não de direito – conforme os cânones da lógica da delegação – mas de fato, pelas ONGs, tem sido questão que volta e meia chega a frequentar a mídia, por mexer mais diretamente em problemas de peso no campo político². Esse é um contexto em que fica exposta uma das características evocadas pela forma de organização ONG, que se afirma por distinção ao modelo institucional representativo tradicional. Como se pode ler em destaque, em

2. Por exemplo, em dezembro de 1995 o governador Marcelo Alencar e o Prefeito César Maia desencadeiam uma bateria de acusações às ONGs, através da imprensa, após a manifestação Reage Rio, convocada pela ONG Viva Rio e outras. « Ao se arvorarem representar o povo do Rio, estão intervindo nas instituições democráticas e propondo um golpe, tão branco quanto sutil », conforme o prefeito (*Jornal do Brasil*, 6/12/95). Outro exemplo foi o debate através do jornal *O Globo*, em 1996, com réplicas, tréplicas e uma discussão ao vivo no auditório do jornal entre Betinho e o articulista Franklin Martins, o qual questionava as tendências das ONGs ocuparem espaços de representação, o que esvaziaria mecanismos da institucionalidade democrática, como o voto. As respostas das ONGs foram, como sempre, no sentido de se afirmar como organizações sem qualquer objetivo ou caráter representativo.

uma publicação da ABONG (talvez a única instância que defina, a partir de seus estatutos, o que « seja » ONG) : « ONG não é sindicato. Se afirma pela competência, ou desaparece ». Deve-se lembrar ainda que as ONGs são mencionadas frequentemente na temática das novas relações entre Estado e sociedade, com papéis diversos e para o bem ou para o mal : no controle, proposição, co-gestão de políticas públicas ; e na execução de serviços, quando são frequentemente acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neo-liberal.

Observando, no entanto, os contextos assinalados acima em que a categoria ONG vem aparecendo, é interessante notar que essa surge quase sempre de forma incorporada, nunca definida. As observações feitas a seguir, que retomam origens e trajetórias primeiras dessas organizações, vão no sentido de contribuir para desnaturalizar a categoria. Reconstituindo aspectos da história de agentes e organizações, em um trajeto que se inicia 30 anos atrás, trago alguns elementos para que se qualifiquem as ONGs das quais se está falando na última parte do texto. Não se trata aqui de analisar seus papéis na sociedade brasileira³, mas sim de considerar o conjunto de práticas, crenças, relações sociais e alianças institucionais particulares que marcam a criação de um campo de organizações – pressupostos e mediações a serem considerados na sua atuação e nas sucessivas posições que ocupam no espaço social. Traçar a história da produção dessa categoria é, como será visto, traçar também a história de determinados grupos e agentes saídos fundamentalmente de setores variados das classes médias que se encontram na criação tanto de organizações, quanto de uma ocupação profissional sui generis. Se esses inícios parecem hoje distantes – tanto mais, que o curto tempo cronológico não expressa a qualidade das transformações sociais, para o que interessa aqui – as determinações dadas por uma história e por um « efeito de campo » relacionado à configuração dessas organizações enquanto conjunto específico devem, no entanto, ser consideradas quanto às suas práticas e posições atuais e aos seus possíveis rumos futuros.

Finalmente se, na lógica declarada dessas ONGs, quem não tem competência não se estabelece, essas histórias podem contribuir com alguns elementos para uma análise das condições sociais de criação dessas competências, dessa legitimidade e reconhecimento social.

Mitos de origem

Uma consulta à listagem das associadas à ABONG vai revelar a existência de várias entidades fundadas já nos anos 1970 – a maioria delas figurando entre as mais consolidadas, atualmente. Mas quem se envolvesse profissionalmente, nos finais dessa década – como foi o meu caso – com alguma dessas organizações, nem de longe poderia imaginar que se ligava a algo que seria anos mais tarde reconhecido como « uma nova realidade sociológica na América Latina » (Fernandes 1985), recebendo inclusive um nome comum, ONG.

3. Se fosse o caso, as ONGs teriam um lugar na construção das forças da esquerda pós-1964 que estabelecem claras discontinuidades com as anteriores e cujo terreno de consolidação e atuação foi antes o das associações e movimentos sociais, foi antes o da sociedade civil, do que o do Estado.

Nesses tempos, já se espalhavam pelo país entidades que se dedicavam à então chamada « educação de base », ou « educação popular » ou ainda, mais anodidamente, « promoção social ». No entanto, se não me falha a memória e a dada por depoimentos de outras pessoas que viveram a mesma época – ou a julgar por publicações e documentos desse período – não havia entre seus agentes a representação de pertencimento a um universo institucional particular. Isso, embora muitos deles mantivessem entre si laços pessoais construídos em suas trajetórias de vida e inclusive circulassem como quadros entre algumas organizações de perfil semelhante, realizando os mesmos tipos de trabalhos. Mesmo para cada uma dessas entidades isoladamente, a afirmação de uma identidade institucional não se constituía como questão, era mesmo uma anti-questão: as organizações então identificadas como « centros de educação », ou de « assessoria » popular que começavam a se multiplicar tinham sua razão de ser por existirem « a serviço » de setores dominados da população, tanto mais legítimas quanto mais perfeitamente instrumentos de e subordinadas a uma necessidade externa a elas. A invisibilidade social, o não fazer nome (ao contrário, por exemplo, da lógica acadêmica, ou do mercado), era uma qualidade cultivada em organizações que – assim como seus agentes – não existiriam para si, mas para os outros. Pensando-se cada uma, portanto, como meios de personalidade apagada, em função de demandas ligadas a processos históricos vividos por seus sujeitos legítimos, os grupos e classes trabalhadoras ou populares, a ausência da questão sobre o caráter institucional dos « centros » vinha de par com uma vaga e implícita idéia de seu caráter conjuntural, enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos movimentos sociais a que se ligavam. Fonte de emprego, eram no entanto vividas como uma espécie de anti-profissão.

Mas como se sabe o instrumento foi ganhando vida própria e o que se viu com o tempo não foi a superação dos « centros », mas sim um movimento oposto: esses mesmos agentes e organizações foram-se dedicando a afirmar sua institucionalização e construir uma identidade comum, buscando reconhecimento público e reivindicando para si o papel de protagonistas autônomos nesse espaço. Em pouco mais de uma década, construíram uma profissão sem nome e fizeram um nome coletivo através do qual passaram a se reconhecer: ONG.

As atuais ONGs, portanto, e como tem sido estudado, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 1970 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 1980 e 1990. Fazem parte desse processo e representam um papel no seu desenvolvimento. Essas organizações podem ser vistas, então, como guardando continuidade com o vasto, tanto novo como muitas vezes bem antigo universo de entidades privadas que se pretendem sem fins lucrativos, voltadas para atuar no campo das questões sociais, no país. Por exemplo, algumas das suas atividades de prestação de serviços a grupos vulneráveis poderiam aproximá-las

das chamadas organizações filantrópicas, ou de assistência social. Ou, por sua dedicação à atuação política no âmbito da sociedade organizada, seria possível estabelecer continuidades entre sua ação e a de organizações associativas do tipo representativo, como sindicatos, associações de moradores ou profissionais. Mas é justamente na distinção, sempre reafirmada por práticas e crenças, com relação a essas outras formas de ação e organização, nos campos político, social e religioso, que se foi construindo a identidade peculiar das ONGs.

Em pesquisa sobre essas entidades, privilegiei o conjunto mais antigo dentre elas, essas que surgiram comprometidas com educação e assessorias a grupos e movimentos populares nos anos 1970 e que acabariam mais tarde por assumir grande peso na criação da ABONG.

Poder-se-ia argumentar que essas origens referem-se a uma parte apenas do universo diversificado hoje geralmente reconhecido como ONGs, já que nem todas se criaram com esse perfil. Se isso de fato é verdade, em defesa do possível interesse do que exponho a seguir devo argumentar que, em primeiro lugar, essas organizações dedicadas a movimentos sociais de corte « popular » tiveram um papel único – e pioneiro no tempo – enquanto conformadoras de um conjunto particular de organizações da sociedade civil que vieram a se identificar publicamente enquanto tal, produzindo práticas, crenças, discursos e instâncias de consagração comuns a uma « novidade institucional ». Não só forneceram, portanto, uma base objetiva para o reconhecimento classificatório de uma categoria específica de entidades, como investiram na apropriação e publicização do nome ONG que por aqui chegava, via agências internacionais. Jogada na sociedade, a categoria – inclusive por seus efeitos estruturantes – foi sendo usada para designar subconjuntos de organizações (como ambientalistas, de negros, mulheres, povos indígenas, portadores de HIV, etc.) que, embora variadas, ocupam posições análogas no campo político e social e possuem características comuns, como por exemplo: são de origem recente e ligadas em grande parte a movimentos sociais, compreendendo-se como tal também os relacionados à criação de novas identidades e à defesa de direitos específicos ou difusos; têm portanto determinados horizontes comuns no centro dos seus ideários, como a expansão de valores democráticos, de direitos civis, da cidadania; inserem-se marcadamente em redes de relações internacionalizadas, onde a questão do financiamento está de alguma forma presente. O relato a partir de origens feito abaixo também poderá ser revelador quanto à criação de padrões de investimento profissional que viriam a caracterizar as chamadas ONGs. Finalmente, essa história se justifica particularmente por referência à segunda parte do texto aqui apresentado, que traz um perfil das associadas à ABONG. Embora diversificadas, uma característica marcante das organizações que fundaram essa entidade em 1991, bem como a da maioria das associadas, ainda hoje, certamente é a atuação voltada para a questão social referida a setores populares na cidade e no campo.

Como já foi dito, através da volta ao passado nos podem ser dadas as formas de refletir sobre o que as imagens atuais, que parecem hoje evidentes, devem a esses encontros, sociológica e historicamente fundados, entre homens e mulheres singulares e postos de trabalho « se fazendo » (Muel-Dreyfus 1983). E quanto mais não seja, é como me disse uma entrevistada, sobre a minha pesquisa: « Dou a maior força, se você está com possibilidade de trabalhar isso... Então, que saia alguma coisa capaz de

informar as novas gerações »⁴.

Sendo assim, e voltando à pesquisa mencionada, entrevistei vários dos quadros fundadores das ONGs mais antigas pertencentes à ABONG – agora, nos anos 1990, ocupando cargos em suas diretorias (observe-se que são escassas outras fontes de informação sobre essas entidades, no passado). Indaguei por origens, e essa pergunta – quem foram, e como nasceram as ONGs – joga-nos evidentemente no presente, já que pressupõe um final da história, ou seja, um conjunto hoje existente reconhecido como ONG, do qual o entrevistado se vê como parte. A memória escolhe elementos que dão sentido a um conjunto atual, em versões através das quais, ressaltando-se efeitos de uma continuidade entre passado e presente, constroem-se identidades.

Os relatos me jogam em interessantes memórias subterrâneas, detalhes de vidas e trajetos pouco visíveis de tempos de ditadura, guardados por canais de comunicação informais. São versões – no contexto em que está em jogo a narrativa sobre a formação das futuras ONGs – em que são ressaltadas determinadas articulações, reuniões discretas, a formação pelo país de redes de pessoas e lealdades : instâncias particulares onde se elaboravam novas formas de enquadramento social de um conjunto de agentes e organizações. Nessa história puxada a partir da pergunta pelos pioneiros não faltam, como é de se supor, paróquias, dioceses, organismos eclesiais, bispos, padres, freiras e leigos católicos – além de uns ou outros protestantes. Somos remetidos a acontecimentos de antes e depois de 64, em depoimentos onde se marca a imagem de continuidades e movimentações discretas, sob uma cena política descontínua e cortada. « – Esse monte de coisas existindo desde o golpe, essa gente se movimentando... então essas coisas estavam vivas », como diz uma entrevistada. Se os inícios dos anos 1970 marcam o corte violento em um período pós-1964 ainda agitado por movimentos barulhentos de grupos saídos das classes médias, como o cultural e o estudantil, ou pontuado pela ação de organizações armadas clandestinas de cunho marxista, aponta-se aqui para outras dinâmicas menos visíveis que viviam ou germinavam também durante esse tempo. Outros ativistas, também de origem nas classes médias, mas de trajetórias, espaços de atuação e posições diversas na sociedade, não teriam sido atingidos da mesma forma. Fatos e acontecimentos que trazem a idéia de uma temporalidade específica : somos jogados no tempo e no espaço particulares da Igreja, enquanto instituição e enquanto protagonista através das diversas conjunturas nacionais⁵.

4. Várias das questões desenvolvidas aqui acham-se analisadas no trabalho « A invenção das ONGs : do serviço invisível à profissão sem nome » (Landim 1993).

5. Essa história se insere, portanto, em tempos já bastante estudados de uma Igreja católica em suas relações com o Estado e a sociedade pós-Vaticano II, passando pela Conferência de Medellín de 1968 e entrando pela Teologia da Libertação. E as interpretações dadas pelos depoimentos seguem no geral versões comumente encontradas na literatura segundo as quais, nos primeiros e também nos piores anos do regime militar, o que havia de ativismo político nas bases da sociedade era o realizado sob o abrigo de espaços de Igreja, enquanto tempos de véspera de novos movimentos sindicais e sociais (para um questionamento dessa versão, quanto ao movimento sindical, veja-se Leite Lopes 1980). Observe-se de antemão que as ONGs, no entanto, sobreviveriam institucionalmente – e muito bem – às transformações e crises futuras nesse campo religioso e de movimentos sociais.

O clima de história alternativa, não oficial, que perpassa os depoimentos sobre as origens das ONGs tem um momento enfático na referência, por vários veteranos entrevistados, a uma reunião nacional preparada e realizada na contra-corrente da conjuntura autoritária : o « Encontro de 72 », ou « Encontro *ad hoc* », evento bastante desconhecido, mesmo para quem é do meio. Para esse Encontro convergem certas versões, enquanto espécie de ato inaugural, marco nas origens e identidades buscadas. É útil seguir a sugestão desses depoimentos, menos na procura de alguma verdade histórica objetiva mas sim pelo que o caso desvela, em termos de características modelares de uma entidade « ONG ».

A história contada – segundo essa versão, do nascimento de uma das primeiras ONGs – em resumo, é a seguinte : um pequeno grupo de pessoas, no Brasil, ligadas a projetos de educação e intervenção junto a grupos populares, « de base », decidiu, em 1972, produzir um encontro nacional para avaliar e discutir o caráter dessas práticas dispersas pelo país. A iniciativa, no entanto – o que é importante – foi patrocinada e facilitada por uma organização não governamental internacional que por aqui atuava há anos, financiando projetos sociais do tipo assistencial (« um poço, uma escola... ») e que nesse momento estaria questionando seus critérios de apoio e suas linhas de ação, « começando a se interrogar se isso tinha sentido ». Uma agente ligada a organizações internacionais de apoio a projetos no então Terceiro Mundo – e que por sua posição teria livre trânsito de idas e vindas nacionais e internacionais – se encarregou de viajar durante algum tempo pelos quatro cantos do país contatando, a partir de critérios estabelecidos junto com o grupo brasileiro mencionado, cada um dos convidados a participar do Encontro, gente envolvida com projetos locais de intervenção social. A reunião de cinco dias, montada cuidadosamente e com a participação dessas pessoas pinçadas de norte a sul e de algumas poucas agências internacionais de cooperação (de « ajuda », na época), em um convento da Igreja católica, em tempos nada propícios para agitações (« o Encontro não era clandestino, mas não deixava de ser »), concluiu pela necessidade de se criarem condições de « intercomunicação, pesquisa e avaliação » do que se fazia pelo país e portanto de se criar uma organização com sede própria, espaço para « discutir o trabalho popular com cobertura técnica, capacidade, competência », nas palavras de um entrevistado. « Cria, que a gente apóia », teriam dito os representantes da ajuda internacional presentes. E fundou-se, então, uma organização de assessoria, avaliação e pesquisa – o que, na idéia de narradores da história, diretores ainda hoje dessa organização ou de outras fundadas posteriormente, teria sido uma primeira futura ONG⁶.

Esse mito fundador é interessante pelo que aponta em termos dos elementos constitutivos das ONGs, ou que vão compor esse conjunto de organizações, enquanto um campo de alguma forma estruturado : a criação de redes de relações horizontais entre determinados agentes na sociedade brasileira ; o estabelecimento de relações com organizações internacionais,

6. As frases e expressões em itálico e entre aspas reproduzem depoimentos, colhidos em 1992, de pessoas que fundaram entidades naqueles inícios da década de 1970, conforme se assinalou – relatos razoavelmente homogêneos de pessoas ocupando posições análogas, ao momento da entrevista, nas diretorias de ONGs. A entidade referida aqui é a NOVA – Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, do Rio de Janeiro – que na publicação da ABONG já mencionada definiria o grupo organizador do seminário como « constituído por três pessoas... respectivamente do MEB (...) e de um Programa de Alfabetização de Adultos do Rio de Janeiro » (Landim & Cotrim 1996 : 180).

basicamente também não governamentais (as quais por sua vez terão um papel na estruturação daquelas relações pelo país) ; e a existência de relações diretas com grupos sociais nas bases da sociedade.

Em um termo sugestivo, falou-se nas pessoas que fizeram de forma discreta, nesses inícios dos anos 1970, a « costura » entre gente que « nunca perdeu vários contatos nesse país, nunca deixou cortar ». Pessoas que « iam formando redes invisíveis, e isso você não controla ». Vão-se revelar então nessas narrativas as propriedades que identificam um conjunto de agentes dedicados à ação social como inauguradores de uma nova forma de enquadramento institucional. Aponta-se para condições sociais vinculadas às trajetórias desses agentes que impõem lealdades, que conformam fronteiras de um grupo. Agentes que, por suas posições, fariam a liga entre pessoas de trajetórias distintas. Quem eram ? Seguindo o caso do « Encontro *ad hoc* », conforme uma de suas organizadoras (em 1972, saindo do MEB para entrar na FASE⁷ ; na época da entrevista, em 1992, na Secretaria da ABONG) :

« Criamos um questionário e localizamos pessoa por pessoa. Não era convocação por entidade tal, mas por fulano de tal. Por esse país todo. (...) E fizemos um trabalho de preparação que foi o seguinte : nós fizemos uma pesquisa, mal feita, mas muito interessante, que era assim : quais os objetivos das ONGs... que não chamavam ONGs, eram programas... projetos de educação de base. Eram pessoas ligadas a projetos. Eram pessoas sabidas por Henryane, que andava por esse país afora. O Frei Romeu⁸ dava uma ajuda. A gente dizia : fulano de tal, em Mato Grosso ? Tá assim... tá tudo bem, conheço. Entendeu ? Então eram os apoios que a gente tinha na época, era essa via da Igreja mais as Agências do Exterior ».

Observe-se que os canais de confiança construídos com as indispensáveis agências – as quais, como se vê, tiveram um papel na composição do campo e do corpo – também passam pelos espaços transnacionais da religião. No nosso caso sempre exemplar acima, são mencionados tanto o campo católico, quanto o protestante : apoiavam o Encontro o francês CCFD (Comité catholique contre la faim et pour le développement), o canadense Développement et Paix e o suíço CMI (Conselho mundial de Igrejas), através do seu Comitê *ad hoc* – daí o nome pelo qual o Encontro é referido. O CMI é organismo que surgiu ainda em 1948 e teve um papel de peso na composição do chamado « campo ecumênico », reunindo igrejas e organismos cristãos com predominância da área protestante, desde os anos 1960 voltando sua ação para o financiamento de projetos no Terceiro Mundo e a partir dos 1970 intensificando seu apoio a movimentos contra as ditaduras na América Latina. Já o CCFD nasce nos anos 1960 marcado pelos

-
7. A FASE (Federação de órgãos para assistência social e educacional) é uma das organizações mais antigas desse conjunto, a qual viria a participar ativamente da criação da ABONG nos anos 1990. O MEB (Movimento de educação de base) foi organização destinada à educação através de programas radiofônicos criada no começo do governo Janio Quadros, em 1961, como resultado de acordo entre a Presidência da República e a CNBB (Conferência nacional dos bispos do Brasil). Continuou a existir por algum tempo após 64. Atraiu para seus quadros um significativo número de membros da JUC (Juventude universitária católica), ou ex-jucistas.
 8. Henryane de Chaponay, francesa com parentesco com a família real brasileira, mencionada como personagem muito importante na costura do Encontro (e na história do campo da educação popular no Brasil), era à época agente de organizações de cooperação internacionais. Frei Romeu era ex-assistente nacional da JUC.
-

ideários de um terceiro-mundismo militante, da luta anti-colonial e defesa de direitos humanos. Povoava-se de grupos radicalizados ligados à Ação católica – composição semelhante à de Desenvolvimento e Paz⁹.

Nas condições sociais das costuras, reuniões e implementação de iniciativas que deram origem aos « centros » aparecem, então, pessoas que iam e vinham do exterior. Se a história mais conhecida das ONGs tem reservado um lugar de destaque para os retornados do exílio após a anistia de 1979, teria também que incluir outros exílios, alguns curtos e fragmentados, outras idas e vindas não tão uniformemente demarcadas e visíveis na história oficial. A trajetória de uma das brasileiras organizadoras do Encontro de 1972 e fundadora da tal « primeira ONG » é típica : Antes de 1964, formada em Serviço social, passou pelo MEB, pela AP (Ação popular) e foi ativista sindical. Com o golpe, exila-se na Bélgica por um ano, com bolsa de estudos de organização jesuíta, e conhece o CCFD. De volta ao Brasil, trabalha em órgão governamental, na área de educação e cooperativismo. Demitida por motivos políticos, em 1967 volta para a França, com bolsa do CCFD para estudar sociologia, envolvendo-se em projetos de educação de adultos com os Dominicanos. Liga-se a trabalhos políticos com exilados argelinos e estabelece contatos com a agência Développement et Paix. Em 1970 – num tempo, portanto, desencontrado com o da conjuntura nacional, em que muitos iniciavam longo exílio – desembarca no Brasil, como diz, « com um projeto de ONG » relacionado à educação de adultos¹⁰.

Já estão claras as propriedades que definem os que faziam a costura nos inícios dos anos 1970, os que « eram conhecidos » para efeito de convites e inclusões nas instâncias onde se enquadravam novos ativismos, os que caíam na rede : « Quando você entra no mundo, começa também uma rede, você é convidada ». Nos canais de contato, ressaltam pertencimentos anteriores a organizações como MEB, AP, Ação católica ; há menções aos CPCs da UNE (Centros populares de cultura da união nacional dos estudantes), os MPCs, (Movimentos de cultura popular), o Programa nacional de alfabetização do MEC, no pré-1964 ; ou a organismos que tiveram peso no « ecumenismo » no Brasil, como ULAJE (União latinoamericana de juventude ecumênica), ou CELADEC (Comissão ecumênica latino-americana de educação cristã).

« Reencontravam-se pessoas conhecidas », « desenvolviam-se afinidades com pessoas da mesma sensibilidade », « valiam as amizades » : nos depoimentos, minimizam-se inspirações doutrinárias – e muito menos, religiosas, na idéia de criação de um campo secularizado. Certamente, estão aí presentes marcas do personalismo cristão, ou do anti-intelectualismo e anti-vanguardismos próprias às alas à esquerda da Igreja, vindas desde o pré-1964 e nos anos 1970 em renovação, através da teologia da libertação que chegava. Mounier, Lé Bret ; Paulo Freire, em suas diferentes etapas ; e, secundariamente, o marxismo (a Editora Paz e Terra surge nesse último

9. A Ação católica, movimento de leigos, chegou ao Brasil em 1934 e nos anos 1950-1960 adquiriu feições radicais, mobilizando contingentes de jovens católicos e representando um papel na cena política do pré-64, com destaque para a JUC, a JEC (Juventude estudantil cristã) e a JOC (Juventude operária cristã).

10. Esses processos remetem à idéia de « conjuntura para », utilizada por Moacir Palmeira na análise de cortes e continuidades no movimento sindical rural : de como objetivamente, numa determinada conjuntura política, as mesmas forças não se dispõem da mesma maneira quanto a grupos diferentemente posicionados num campo de lutas (Palmeira 1985).

caso), foram referências mais explicitadas através das memórias que reproduziam esses tempos dos inícios dos anos 1970.

O imaginário de informalidade, invisibilidade e pessoalização presente nos relatos sobre a criação das futuras ONGs tem portanto como correlato objetivo, no processo de construção de canais e relações, os espaços sólidos e hierárquicos da Igreja e algumas de suas variadas organizações. Canais de grande capilaridade, quanto aos contatos com grupos populares, dados pelos trabalhos de paróquias e pastorais espalhados pelo país (« quem sustentou os trabalhos da época foram os anônimos da pastoral »), em tempos em que ainda não existiam as CEBs (Comunidades eclesiais de base) e onde se criavam « laços de confiança entre o povo e os agentes » sob a proteção de bispos e padres progressistas. Também eram sólidas as instituições que realizavam encontros e cursos de « formação de agentes » : por exemplo o INP (Instituto nacional de pastoral), ou o CEAS (Centro de estudos e ação social). « Começou a se formar um grupinho de assessoria ao pessoal das pastorais que no INP se reunia discretamente, exatamente para discutir, para reciclar toda uma discussão política em cima de um trabalho popular que eles faziam, que se fazia naquele tempo, em 1967, 1968 (...) que a vida deles era o trabalho de base ». Mencionam-se como organismos de contatos e mediações futuras ONGs com peso na formação do campo, como o CEI (Centro ecumênico de informação), ou ISET (Instituto superior de estudos teológicos)¹¹, que reuniam pessoas com inserção na Universidade - os « assessores » por excelência, os que « davam cursos ».

A vida nesse período é relatada como tensão entre se ter um emprego e continuar com um trabalho de « sentido social », passando-se a idéia de vida dupla, quer em atividades exercidas nas brechas do tempo, quer nas brechas dadas no interior das instituições onde se trabalhava¹². Esses relatos sobre se estar « num trabalho que desse conta de dar um recado » em geral vão desembocar no momento em que tais possibilidades profissionais se fecham, por motivos políticos. Feitos num contexto de contar a história das ONGs, estão apontando para duas características dessas entidades: as tensões implicadas num trabalho profissional, mas orientado por valores do ativismo e voluntariado, na ambiguidade entre o emprego e a militância. E entidades cujas razões de criação partem de limitações ou cortes de empregos em espaços institucionais constituídos, surgindo como possibilidade alternativa de ação autônoma e « flexível », assim como de mercado de trabalho - na época, como se vê, para carreiras interrompidas.

Com relação, portanto, a uma das pré-condições constitutivas dos Centros/ONGs, deve-se considerar um universo de pessoas que vinham criando uma competência especial que se pode chamar de habilidade para

11. O INP é um dos 9 « Organismos anexos » à CNBB - como o são organizações que têm presença na história das ONGs, em posições limítrofes ao campo, como o CERIS, o CIMI (Conselho indigenista missionário), o IBRADES - e também o MEB. A CPT (Comissão pastoral da terra) ocupa a mesma posição. O CEAS criou-se nos anos 1930 dedicado a mobilizar católicos leigos para a ação assistencial e veio a representar um papel na organização dos Movimentos de ação católica, assim como na implantação do Serviço social no país. Nos anos 1980, autonomizando-se institucionalmente, inclui-se no campo das ONGs, fazendo parte atualmente da ABONG. O CEI se transformaria, em 1974, no CEDI (Centro ecumênico de documentação e informação) e o ISET, em 1971, no ISER - ambas organizações então ligadas ao campo protestante progressista, com futuro papel de peso na criação da ABONG e na conformação do campo das ONGs.

12. « O assessor vinha sempre "de fora" com medo e em sigilo, com hora marcada para voltar e retomar o trabalho em seu emprego » - conforme depoimento do antropólogo Carlos Brandão a revista comemorativa dos dez anos do CEDI (CEDI, 1984).

as bases, qualificação para práticas de cunho educativo implicando em contato direto e permanente com grupos saídos de setores populares. É um saber prático de convivência com grupos dominados em contextos mediados por projetos de intervenção social semelhantes em suas linguagens e dinâmicas, práticas variadas de natureza conversora e modernizante (como as de extensão rural, de desenvolvimento comunitário, de educação de adultos). Sobretudo desde os anos 1950, em diversos quadros institucionais e com diferenciados ideários – como o assistencial cristão ou o desenvolvimentista, nas organizações e projetos referidos ao anti-comunismo da guerra fria, ou dentro do humanismo personalista do ativismo religioso do pré-1964, ou ainda através de sucessivas inspirações freirianas, etc. – o fato é que se criaram capacidades e disposições características do « educador de base ». Essa competência é propriedade que está nos alicerces dos « centros », qualificação básica de seu corpo de agentes, mediadores que se caracterizam por uma socialização particular, da qual faz parte a disposição para transitar, continuada e permanentemente, em meios sociais diversos dos da sua origem, assim como um forte sentido de pragmatismo em atividades e « projetos » executados.

Aquelas organizações vão-se compondo como conjunto particular, nos anos 1970, na medida em que alguma parte desses agentes converge para ideais comuns e investe em um tipo de politização, institucionalização e profissionalização do seu trabalho.

O Encontro mencionado é um desses momentos paradigmáticos de cruzamento entre organizações, agentes e concepções que comporiam o discurso e as práticas da chamada « educação popular », espaços generalizados nessa época pelo país. Como se viu, circulavam por esses canais gente do campo da educação do pré-1964, religiosos ou não, que ficara pelo país, assim como uma mais nova geração de agentes cristãos ligados a alas da esquerda da Igreja, no processo de consolidação da Teologia da Libertação, em processos onde se faziam pontes entre « bases » antigas como as do MEB e as das novas pastorais. Gente que tirava sua legitimidade, para grupos populares e agências financiadoras – e para a sociedade – fundamentalmente de suas relações com o campo das igrejas.

Com esse respaldo sólido, construía-se uma identificação particular entre agentes de projetos do tipo educativo e comunitário, os quais acrescentavam às suas qualificações a de entrar em sintonia com o campo da política – e na nova conjuntura pós-golpe. Dão-se novos investimentos, novas aspirações, novos discursos, colocados em práticas – e frequentemente organizações – antigas, herdadas muitas vezes através de canais também tradicionais, como são os da ação social da Igreja. Assumem-se novas posições com relação tanto ao campo assistencial, como ao da política¹³.

13. Observe-se que há não só criação de novas organizações, como conversões de antigas a esse modelo « Centro ». É o caso, por exemplo, da FASE, fundada em 1961 por um padre católico e dedicada a projetos de cunho assistencial em âmbito nacional, com boa parte de seu orçamento financiado, durante anos, através de doações de indivíduos e empresas. Em meados dos anos 1970, insere-se nas redes e dinâmicas aqui descritas, convertendo seus trabalhos aos padrões da educação popular e entrando nas redes de financiamento internacional mencionadas. A análise desses casos de metamorfose institucional nos daria acesso, por outro caminho, ao « mito de origem ».

Nesses processos é que têm um lugar os « centros de educação ou assessoria », como organizações autônomas e especializadas nessa politização de práticas que, na forma, continuavam as mesmas (como projetos comunitários os mais diversos, com finalidades de geração de renda, promoção de saúde, cooperativismo, etc., na cidade e no campo). A ação assistencial, ou comunitária, passa a ser subordinada a objetivos e dinâmicas de criação de autonomia e contrapoderes, de costas para o Estado e nas bases da sociedade.

Portanto, essas organizações constroem sua identidade, nesses primeiros tempos, na distinção com relação a áreas que lhes são bem próximas, como o vasto campo da assistência privada tradicional - ou das práticas do chamado assistencialismo, visto como gerador de dependências e hierarquias e parceiro antigo do Estado - e o das igrejas. Com relação aos espaços religiosos cristãos, a distinção se dá a partir da idéia de secularização e autonomia, fundamentalmente das hierarquias eclesiais - mas mantendo-se, claro, as alianças de origem. Mas o pessoal da eclesial foi sendo superado. Era um processo de cortar o umbigo com a Igreja. Não era corte com a Igreja como um todo, mas era: « olha, não estamos aqui para fazer uma organização religiosa, estamos aqui para fazer uma organização popular », como disse um ex-padre, pioneiro dos « centros » dos anos 1970, contando há pouco tempo essa história.

Um outro ponto explicitado era a distinção com relação ao campo dominante da academia: segundo as crenças que então se disseminavam, tratava-se de produzir, no contato direto com os grupos populares, um novo tipo de intelectual, o intelectual « comprometido » e « a serviço », definido por oposição ao acadêmico « hermético », « pedante », « na torre de marfim »¹⁴. Quem saía da universidade e aí se inseria - ou, como era mais comum, mantinha os dois trabalhos - deveria esquecer seus lauréis e ser reeducado para um outro tipo de produção de conhecimento, implicando em uma outra linguagem, a que seria produzida no contexto dos trabalhos com os grupos populares e onde, segundo os códigos correntes, a competência teórica de tipo acadêmico ou a inserção nos debates desse campo não contavam, ou contavam contra. Como disse uma das organizadoras do Encontro de 1972, apontando para mais uma propriedade das pessoas aí envolvidas: « essa gente deu um piparote na academia ». (Não se pode esquecer a situação de crise por que passava a Universidade, na análise desses acontecimentos).

Mas talvez a preocupação com essa última distinção começasse a se ressaltar mais para o final dos anos 1970, quando chegam aos « centros » gente de trajetórias diferentes, em uma continuação da história que se tem tornado mais visível.

14. Esses são termos que frequentavam as publicações dessas entidades por essa época - revistas e documentos dirigidos aos agentes do meio - certamente já de inspiração gramsciana, referencial que se tornaria importante no processo político-educativo proposto de construção de uma « sociedade civil popular ». E essas organizações começam, sobretudo a partir dos anos 1980, a ser espaços de produção de uma « pesquisa engajada », criando-se uma área de fronteiras menos nítidas, ou de trânsito de agentes, entre universidades e determinados « centros ». A academia desconhecia ou rejeitava essa produção. Mas, por outro lado, intelectuais acadêmicos também tiravam do seu engajamento em meios populares legitimidade, para dentro da instituição acadêmica.

Expansão : a era do movimento

É por esse final de década que essas entidades – que se multiplicavam – vão começar a ser povoadas por egressos de organizações e movimentos de cunho marxista, extintos ou em crise, gente que passara durante esse período por perseguições, pela prisão ou clandestinidade, ex-quadros de movimentos estudantis dos anos 1960, treinados também na política dos debates fechados e pouco visíveis das tendências de esquerda, os quais retomavam ativismos e carreiras interrompidas por força das circunstâncias, pouco havendo cruzado, em suas trajetórias de vida, com esses agentes cristãos da nossa história. Gente que retornava à Universidade e que se reinseria nos movimentos sociais de novos tempos¹⁵.

Os novos chegados, no entanto, trazem competências significativas para os « centros ». Especialistas na política e também com disposição para uma profissão militante, vão ter um papel na inserção dessas entidades no campo político e na formação dos contingentes de « assessores », de diversas funções nas dinâmicas de movimentos sociais e sindicais que se desenvolviam na época. O significado dessa qualificação será tanto maior quanto se considera que, na virada dos anos 1970-1980, essas entidades voltam seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada) : tanto é, que passam a se auto-classificar como entidades « a serviço do Movimento Popular ».

Os que agora chegavam eram os « marxistas », ou « avulsos » (conforme a classificação de um ex-padre católico holandês que, atuando junto a « bases » interioranas brasileiras desde os anos 1960, nos 1970 converte-se à Teologia da Libertação, ocupando cargo de direção de uma ONG no momento da entrevista). Como ele conta, esse é o « pessoal da militância », os que « não vieram com bases », os que tiveram um papel importante na passagem do « desenvolvimento comunitário » para a « aplicação mais da análise de classe », ruptura sempre assinalada nos depoimentos¹⁶.

Através da memória, esses novos quadros que vieram « avulsos » nos fins dos anos 1970 marcam suas distinções e as especificidades de sua entrada : « vim de passar uma chuva, acabei ficando até hoje ». Os depoimentos desses « marxistas » – que, crescente-se, posicionavam-se geralmente de forma crítica com relação aos modelos partidários de sua atuação passada – apontam para a necessidade, nos períodos pós-prisão ou clandestinidade, de se conseguir trabalho. E por acaso, como interpretam, acabaram topando com essas entidades de estilo cristão, onde entrariam sem maiores expectativas, enfrentando tensões quanto a códigos e estilos de

15. Assim como outros processos descritos aqui, a convivência entre ativistas dessas diferentes trajetórias – a interação na prática política entre cristãos e marxistas – dava-se, claro, no contexto de organizações e movimentos sociais diversos, intensificando-se, como é sabido, nesse final de década e caracterizando principalmente um polo do espectro político, o que se aproximava do PT. Nesse trabalho, analiso apenas os pressupostos e as consequências dessas interações no contexto particular, profissional e institucional, construído nas organizações que viriam a compor um conjunto de ONGs.

16. Ivo Lesbaupin é um dos autores que aborda a questão da não qualificação dos cristãos que, aos finais da década de 1970, se engajavam em órgãos de classe, muitas vezes se defrontando com « um quadro para o qual não estavam preparados (confronto de tendências, correntes políticas, etc.) ». Fala da importância da « formação política » para esses « agentes », por essa época (Lesbaupin 1980).

trabalho (« eu era, e sou, ateu convicto e na época identificava Igreja com obscurantismo ») e terminando por retomar uma atividade de natureza política, vocação e capital acumulado em suas trajetórias passadas, elemento de sua identidade social. Essas versões, portanto, vão coincidir com as dos « pioneiros » mencionadas no sentido de que os Centros/ONGs – mesmo por linhas tortas – acabam sendo espaços de exercício de valores ligados ao ativismo social, ao mesmo tempo que inserção profissional¹⁷.

Alguns desses novos quadros virão diretamente da militância em algum movimento social, seja de bairros, seja sindical, trazendo consigo para a entidade o cacife da experiência, das relações e da posição aí adquiridos. Por esse currículo, representarão um papel enquanto mediadores na inserção dos que vieram da tradição dos trabalhos comunitários cristãos para dentro do universo maior formado pelo campo político em transformação, contribuindo para a entrada daqueles no intrincado jogo de tendências e forças que compunham movimentos sociais diversos, sindicatos, partidos. Pessoas que conheciam o mapa da história dos grupos políticos e das correntes marxistas. Há também os que chegam aos « centros » via universidades, gente com competências teóricas determinadas e disposição para trabalhos como a pesquisa participante que se fazia nessas organizações (e aí houve um lugar particular para os sociólogos e antropólogos). Os « centros » vão arregimentando diferentes quadros de acordo com seus objetivos prioritários (questão urbana ou rural sindical, pesquisa, educação...), distinções internas também estruturadoras do conjunto de organizações que se formava.

Certamente, esses novos agentes no meio terão seu papel na configuração de um rosto mais secularizado para essas entidades e na conformação de sua institucionalidade específica, na medida em que passam a nelas investir mais fortemente como campo de profissão. Sendo, no geral, gente mais provida de capitais sociais e culturais do que a maioria dos « agentes de educação de base » que compunham essas entidades, em suas origens, vão concorrer para a colocação dos « centros » em relação com outras instâncias institucionais como universidades, partidos ou órgãos governamentais. Terão maiores competências para se colocar em espaços públicos e forjar os discursos específicos através dos quais os « centros » vão-se particularizando e criando reconhecimento, nos movimentos sociais e portanto na sociedade. Finalmente, são também gente que se conhece, que tem laços estabelecidos através de meios universitários ou de passados políticos. Vão com certeza dar a sua contribuição para a legitimação e a conformação de um corpo entre essas organizações – e, por todas essas propriedades, disputarão cargos de direção nas futuras ONGs.

17. Conforme o depoimento de um diretor de ONG, um dos fundadores da ABONG, que começou a trabalhar em um « Centro » em 1978, quando começava também a ser publicamente reconhecido como liderança no Movimento pela Anistia : « Fui preso em meados de 1970, fiquei preso até meados de 1972. De 1973 até 1978, aproximadamente, minha possibilidade de fazer algum trabalho social ou desenvolver alguma ação política, vivendo no Brasil, era muito limitada... praticamente nula, não é ? (...). Era um tanto ao quanto difícil perceber todas as possibilidades que um trabalho em uma entidade de educação popular abria (...). Só mais tarde, na passagem para a década de 1980, é que eu fui descobrindo todas as possibilidades que havia nesse trabalho. E me identificando com a instituição, o que era difícil para pessoas que tinham a minha trajetória, porque significava entrar noutros códigos, significava superar certos preconceitos... ».

Esse capítulo da história vai ser consolidado com a volta de exilados, a partir de 1979. Nas narrativas desses retornados feitas no contexto de uma história dos « centros », o processo da volta e as memórias construídas sobre ele repetem muito dos mitos – ou das situações – de inadaptação, do ter que retomar uma vida cortada, do ter que ganhar a vida, para pessoas de carreiras interrompidas e permeadas por projeto político. Os personagens são também os mesmos que já apareceram nessa história, cristãos ou marxistas, intelectuais ou educadores de base, ativistas políticos que foram atingidos pela ditadura em diversos momentos. No que se refere aos « centros », já chegam com um capital que os coloca muito bem situados com relação às propriedades classificatórias que, na prática do meio, legitimam, identificam e hierarquizam. E vários chegam com ONGs na mala¹⁸.

São em geral especialistas na política que frequentemente prosseguiram seus estudos lá fora – muitos também tendo prolongado, em outras terras, seu período de militância, ou renovado ideários e ligações políticas – voltando talvez mais qualificados do que seus pares brasileiros, para efeito do que interessava. Quanto a isso e sobretudo, esses exilados trouxeram consigo – repetindo as histórias de outras idas e vindas para o exterior de gente de ONGs – as relações de confiança construídas com as agências não governamentais financiadoras, muitas das quais foram responsáveis por importantes apoios recebidos nos tempos de refúgio político, assim como canais para denúncias ou campanhas conjuntas lá fora e até como fonte de empregos. Criam-se inclusive interações de mão dupla: como disse um responsável de projetos de uma agência britânica, « Os exilados latino-americanos foram importantes, para influenciar as agências (...). Há toda uma geração de burocratas que têm a ver com o Chile ».

Esses exilados trouxeram, então, não só um capital acumulado em relações, mas também um maior domínio do funcionamento dessas organizações internacionais, em diversos países, de sua natureza, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas – da complexidade das forças sociais e políticas em jogo na sua atuação. Vão contribuir para o debate que logo começaria a se aprofundar entre os « centros » sobre as suas relações de dependências e autonomias com as agências de cooperação internacional. Além disso, o exílio diversifica o leque dos que tinham acesso aos canais de reconhecimento pelas agências. Os da « esquerda militante » construirão também suas novas relações de confiança internacionais, legitimando-se nesse campo razoavelmente dominado pelas igrejas.

Repetem-se então os mitos fundadores, em outra conjuntura, e nascem diversas entidades, através de processos que revelam e atualizam regras estabelecidas por investimentos passados de organizações e agentes. Pode-se pensar que os exilados contribuíram para renovar os temas e estilos dos « centros », prefigurando-se por esses inícios dos anos 1980 o pluralismo que caracterizaria esse conjunto: vêem-se reforçados temas como o feminismo, ambientalismo, a questão étnica, tecnologias alternativas na agricultura, práticas de informatização e divulgação de informações para a opinião pública, ou a especialização em políticas públicas (essa agora fazendo sentido, com a democratização institucional) etc. Em que pesem, porém, essas

18. Claro, não estou avaliando aqui o peso dos « centros » enquanto mercado de trabalho para o grande contingente de retornados. Apenas se trata aqui do papel representado, na configuração desse campo de organizações, pelos exilados que investiram no trabalho nessas entidades.

novas idéias e propostas de trabalho, os recém-chegados vão entrar, ou ter que entrar, na estrutura e no jogo criado anteriormente pelo ofício dos « centros », reproduzindo-o e o fortalecendo. Se o capital de relações com as agências era virtualmente acionável, havia as questões do reconhecimento pela rede horizontal que constituía o terreno dos projetos no Brasil e a correlata criação de canais de ligação com a sociedade popular, as bases, os movimentos – fatores a essas alturas razoavelmente interdependentes, em termos desse conjunto específico de entidades nacionais e internacionais. Não faltam relatos e registros de reuniões, cursos, articulações envolvendo esses chegados pós-anistia e determinadas redes de agentes e organizações locais. Repete-se o quem é quem de histórias anteriores na criação dos « centros », só que agora em tempos de abertura política e referidos não mais a trabalhos de formiga, mas a movimentos sociais que se consolidavam na cena pública.

Para tomar um caso de visibilidade : Herbert de Souza, o Betinho, o que já era de antemão reconhecido por aqui como o irmão do Henfil, volta com a idéia e os contatos internacionais prontos para criar o IBASE (Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas), com objetivos àquelas alturas heterodoxos, no meio habituado a atuar sob ditadura : ao invés de uma ação diretamente ligada ao cotidiano de bases e movimentos, uma especialização em acompanhamento de políticas governamentais e disseminação de informações sobretudo para meios populares, apoiada pela informatização, prática dispendiosa e na época totalmente ausente do horizonte dos « centros ». Essa história, tirada do depoimento que me foi dado por Betinho (em 1988), sobre a fundação do IBASE, revela a necessária adaptação do projeto aos jogos do campo que se formava. « Os movimentos populares aqui estavam abrigados pelas igrejas. O sindicalismo do ABC também. A ligação entre as entidades de financiamento e as igrejas era forte. Tínhamos que nos articular com as igrejas. Além disso, a base social com que íamos trabalhar, estava nessas articulações ». Mencionou « mais de 1960 » reuniões com grupos de base, bispos, padres, profissionais liberais, pessoas ligadas à universidade, no reconhecimento de seu projeto. Isso, além de reuniões com « centros » mais reconhecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, grangeando necessários apoios, passaporte ao que tudo indica para entrar na rede de contatos que viabilizariam a instituição e o trabalho. Cria o IBASE em 1980¹⁹, não sem antes passar pelo aval das então célebres cartas de bispos conseguindo, segundo ele, cerca de 20 recomendações. Surgem na mediação os nomes de D. Paulo Arns e Leonardo Boff. E retomam-se antigos capitais : « os padres do tempo da Ação Católica. Pe. Vaz, Frei Mateus... todos apoiaram ». A essas alturas, era importante a distinção com relação a partidos – e, mais, certos partidos. Igreja e ABC, rimavam mais, como se sabe, com o PT. E Betinho teria chegado com ligações com o PDT e com um projeto menos voltado para uma ação direta com bases ou movimentos sociais. Mas reafirma através de seu depoimento as propriedades que legitimam o pertencimento ao campo e possibilitam a consolidação de organizações com o ideário da autonomia : « buscamos deliberadamente distância de partidos, eu me afastei de qualquer tipo de prática partidária para que não me confundissem com o PDT ». Também ainda em 88, quanto às relações do IBASE com as universidades, reproduzindo outra distinção já mencionada aqui, diz que « não é prioridade ; a distância que a universidade

19. Juntamente com Carlos Afonso e Marcos Arruda ambos, atualmente, em outras ONGs.

tem da realidade é enorme. E é insuportável o nível de competição dentro da universidade, quem está lá é que sabe. Nossas prioridades são os movimentos sociais, espaços de participação popular ». E o projeto centrado nas políticas governamentais parece ter-se transformado em algo mais « a serviço » - a « democratização de informações » - a partir, como falou, das demandas recebidas no contato com os grupos populares, seguindo-se o padrão dos centros/ONGs.

Nos inícios dos anos 1980, portanto, vai-se consolidando e conformando com maior nitidez um conjunto de organizações e agentes costurados por determinadas propriedades e posições na cena nacional e internacional. Os chamados « marxistas » e os retornados do exílio já encontraram dadas e vieram a reforçar as condições de criação do futuro campo das ONGs, composto de redes horizontais, práticas consolidadas com « bases » e redes de relações com agências não governamentais internacionais financiadoras, estrutura que se ia reproduzindo a cada criação de um novo « Centro ».

Conforme foi visto, nos primeiros tempos desse processo tratava-se de criar autonomia e distinção com relação aos espaços eclesiais e ao campo da assistência, com os quais os « centros » mantinham fronteiras pouco definidas. Na virada dos 1980, passam dos projetos de educação localizados, com seus « grupos atingidos », para os « movimentos », ou o « Movimento », no singular, palavra-chave que começa a reinar no centro de ideários, esperanças e especializações. É o tempo das « assessorias » e dos « assessores », figuras fáceis em organizações e movimentos que então se consolidavam e que, através de uma leva renovada de projetos - agora, de « capacitação », de « formação », de « articulação » - feitos a partir de entidades como as ONGs, representaram certamente um papel nessa cena, disseminando idéias, fornecendo apoios diversos, desde o material até o jurídico, agenciando, enfim, mediações variadas.

Esse envolvimento dos « centros » com o campo dos movimentos sociais levou, no decorrer do tempo, a mais um passo no processo de definição e autonomização institucional dessas organizações. Por um lado, essa imersão, frequentemente numa simbiose, com a dinâmica do sindicalismo e dos movimentos sociais - e, necessariamente, com correntes e partidos políticos aí presentes - foi processo que contribuiu decisivamente para a multiplicação dos « centros de assessoria e apoio » e sua afirmação na cena pública brasileira, na esteira desses processos vigorosos que se davam nos inícios dos anos 1980. No entanto e por isso mesmo, a sobrevivência institucional dessas entidades teria que passar por mais um momento de distinções e de autonomizações, agora na demarcação de fronteiras quanto a esses movimentos e organizações com os quais se misturavam e cuja dinâmica de interesses e agentes os invadia. É a época dos « desaparelhamentos ». Conforme o depoimento de um agente vindo do campo cristão, continuando a história das ONGs: « mas de repente... você escapava da igreja e na realidade arriscou cair nas mãos das tendências organizadas ». Ou como disse outro, vindo de organizações marxistas: a saída, na época, estava na « exigência de definir qual a sua especificidade, qual o seu papel específico, o que distinguia (os centros) dos movimentos, ou de espaços outros de militância política ou partidária ».

Sem deixar de se identificar com determinado polo do campo político de oposição e sem cortar suas ligações com os movimentos sociais, os « centros » souberam investir na construção da autonomia em relação a eles

- numa homologia com a autonomia pregada quanto aos mesmos movimentos, uma referência forte de seu ideário político. (Certamente e mais uma vez, nessa exigência de institucionalização as relações com as agências financiadoras e a lógica dos projetos mediadores tiveram o seu lugar.) Essa emergência dos movimentos exigiu esforços e tempo, nos inícios dos anos 1980, para cada uma dessas organizações, na sua economia interna, obrigando à reformulação de seus quadros profissionais, a redesenhos institucionais e à reelaborações de crenças e discursos sobre as especificidades desses profissionais da militância em « espaços outros ».

Mas e as ONGs? A adoção desse nome, que ninguém conhecia ou reconhecia até então, só se daria em meados dos anos 1980, e seria empreendida e capitaneada pelas entidades e agentes pertencentes a essa rede cuja consolidação foi acompanhada aqui.

O nome

« E a partir de certo momento - em que essas entidades estavam inclusive sendo descobertas pelos organismos de cooperação multilateral - nós optamos por travar uma luta política no campo internacionalizado em que éramos definidos como ONGs. Adotamos então esse nome - antes que algum aventureiro o fizesse ».

Essa versão - que se refere a acontecimentos de meados dos anos 1980 - me foi dada pelo presidente de uma ONG das mais antigas, o qual participou ativamente da fundação da ABONG e ocupou posto em sua direção. Passa-se aí a idéia de uma intencionalidade de esforços para a adoção de um nome: criação de identidade comum por um « nós » cuja base, como procurei mostrar, foram relações objetivas criadas e solidificadas no tempo. Investimento - que se afirma explicitadamente no campo da política - na apropriação de algo com valor simbólico de mercado e que tem determinações dadas internacionalmente. A concorrência aventureira poderia vir, imagina-se, de outras áreas de organizações também não governamentais existentes na sociedade brasileira e lidando com a questão social. Pode-se supor, no entanto, que essa possibilidade era àquelas alturas remota, visto que os centros/ONGs formavam o segmento de organizações privadas seculares voltadas para a ação social mais estruturado, enquanto conjunto, fazendo-se cada vez mais presente na cena pública, possuindo capitais acumulados de interlocução com as grandes instituições como órgãos governamentais, igrejas, sindicatos, universidades ou com movimentos sociais de peso.

Conforme se viu e em resumo, ao analisar a história das atuais ONGs estou partindo do pressuposto de que os « Centros de Educação Popular » que se vinham criando desde os últimos anos da década de 1960 foram-se progressivamente autonomizando, enquanto conjunto de instituições e agentes especializados, espécies particulares de profissionais da política. Dá mesmo para pensá-los a partir da idéia de campo, onde estão presentes relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros. São instâncias onde se produziram retóricas, problemáticas e práticas sociais específicas. Claro, um campo com fraco grau de cristalização e cuja autonomia de funcionamento é relativa. Como se tem dito nos estudos sobre essas entidades, as ONGs vêm existindo numa ambiguidade de autonomia/

dependência com relação a outros campos institucionais com os quais se relacionam e em torno dos quais gravitam, como igrejas, partidos, sindicatos, órgãos governamentais, movimentos sociais, agências internacionais, etc. (talvez poderemos acrescentar, em breve, empresas privadas) – relações essas que também são fontes de distinções e desigualdades de posições dentro do campo. Não é à toa que autonomia é uma das palavras-chave no discurso das ONGs – têm sido várias as instâncias externas que conferem de alguma forma, com pesos diversos e em momentos diferentes, legitimidade ao campo, suas instituições, seus agentes, sendo questão tensa a necessária construção e reprodução de sua independência, enquanto organizações com institucionalidade própria.

Como foi visto, analisar o campo formado pelas ONGs brasileiras pressupõe levar em conta as condições sociais do estabelecimento de dois feixes de relações necessárias que o constituíram, nas suas origens e história : por um lado, as relações com determinadas agências européias, canadenses e norte-americanas que as financiaram (na maioria, de caráter não governamental e com forte peso das igrejas cristãs), condição de sua existência e autonomia na sociedade brasileira. Por outro, as relações com grupos, organizações, movimentos sociais compostos quase sempre por setores subalternos da população entre os quais desenvolvem suas atividades. O universo dos « centros », atuais ONGs, nasceu e existe ao menos até bem recentemente num movimento incessante de estabelecimento e renovação desses dois tipos de « clientela »²⁰. Por aí se constroem alianças e lealdades e transitam especialistas, moedas fortes, idéias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadradora dos « projetos ». A história das ONGs, tal como se consolidam no Brasil, é também, portanto, a história dos investimentos na construção de um circuito internacionalizado de agentes e organizações, em torno de ideários e projetos com horizontes comuns.

Mas voltando ao nome e chegando ao fim dessa história, é em meados dos anos 1980 que se completa a guinada de 180 graus na auto-percepção dessas organizações como espécies de mônadas « a serviço ». Surge um novo debate em torno do « quem somos » e começam a se estabelecer instâncias a partir das quais se fala em interesses comuns : reuniões, colóquios, publicações, consultas desenvolvem-se internacionalmente, colocando em interlocução agentes de várias partes do mundo que se descobrem participantes de trajetórias e estilos de trabalho semelhantes. Evidencia-se que tinham sido forjados, ou reforçados – como sempre, com a mediação do Norte, das agências de cooperação com atuação nos quatro cantos do planeta – discursos, problemáticas, retóricas : havia claramente uma « gente de ONGs ».

20. Os centros/ONGs crescem, no Brasil (e em outros contextos), paralelamente ao aumento do volume de recursos internacionais alocados para esse tipo de instituição, a nível mundial. Entre 1960 e 1980 houve um crescimento de 68 % na ajuda externa para ONGs do Terceiro Mundo, através de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos : de 2.8 para 4.7 bilhões de dólares. Um dos fatores para esse aumento foi o crescimento de subsídios governamentais para as ONGs do Primeiro Mundo, observado tanto em dados da OCDE como da Comunidade Econômica Européia. No entanto, deve-se considerar que os orçamentos das agências repassadoras de recursos para ONGs *overseas* incluem também doações individuais, de igrejas, de empresas, de fundações em cada país, assim como a geração de recursos próprios, em um sistema complexo de relações que termina nos « beneficiários » do Terceiro Mundo, na ponta da cadeia.

São diversas as determinações desse processo de identificação, de autonomização e reconhecimento de protagonismo próprio. Mencione-se como uma delas, conforme também sugere o depoimento acima, a « descoberta dessas entidades pelos organismos de cooperação multilateral » – principalmente pelo Banco Mundial, que intensifica a partir dos anos 1980 programas em colaboração com Organizações não governamentais, tendo como uma das justificativas explicitadas a sua confiabilidade e eficácia. O debate que se instaura entre as entidades da rede mencionada aqui sobre a propriedade ou não (política e operacional) de se trabalhar com financiamento do Banco será, no mínimo, mais uma peça na produção do auto-reconhecimento do conjunto, peça significativa por colocar na mesa, de uma vez por todas e a partir de instâncias internacionais desse peso, o termo ONG – como se vê, prontamente adotado por quem tinha competência social para tal²¹.

O movimento dos organismos multilaterais em direção às chamadas ONGs era ao mesmo tempo fator e expressão da crescente visibilidade e peso que assumiam, no cenário internacional e em variados países, as chamadas organizações da sociedade civil, em sua diversidade de formatos e papéis. É quando se intensifica a retomada das discussões, também no contexto acadêmico, sobre o conceito de sociedade civil. Foi durante a década de 1980 que começou a crescer a produção de debates e pesquisas empíricas – geralmente nas fronteiras entre o campo acadêmico e o dessas próprias organizações – sobre a temática das « organizações privadas de sentido público » (que seriam vistas inclusive como um controverso « terceiro espaço », ou « terceiro setor », a nova expressão importada dos finais dos anos 1990). Embora esse debate fosse àquelas alturas pouco visível no Brasil, certamente havia um terreno internacional favorável ao reconhecimento da existência institucional, como protagonistas nas sociedades contemporâneas, de entidades privadas sem fins lucrativos, onde a idéia de « sociedade civil » era nova – ou renovada – moeda corrente (como se sabe, sobre o pano de fundo de questões como a redefinição do papel do Estado e a predominância da lógica do mercado, a crise do socialismo real e das ideologias, a descrença nas instituições representativas tradicionais, etc.).

Além dessa conjunção de fatores internacionais e pensando-se em particularidades do contexto brasileiro, a democratização tinha como consequência a crescente institucionalização dos movimentos sociais, assim como o aparecimento de novos atores e sujeitos na cena pública, num terreno portanto também favorável à autonomia e institucionalização das ONGs. Ressalte-se que, ao mesmo tempo e por isso mesmo, essas entidades viram forçosamente modificadas suas posições de mediação em movimentos sociais e sindicais enquanto agenciadoras de quadros de « assessoria », « apoio » ou « educação ». Como expressa claramente um diretor de ONG, em entrevista em 1993, contando sobre essas mudanças de meados dos anos 1980: « a complexificação da sociedade civil popular nos levou a uma especificação mais clara do papel de atores, a resgatar nosso próprio papel, nossa identidade como atores (...). Os movimentos avançavam, e isso esvaziou nossa identidade auxiliar. A aproximação entre as ONGs reforçou a percepção de que éramos um campo político, e assumir a identidade de ONG era a posição mais favorável. Tudo pressionava para isso.

21. Observe-se que, até hoje, é bastante reduzido o peso dos financiamentos de organismos multilaterais para esse campo de organizações.

A identidade de « entidade de apoio » perde consistência também: os movimentos avançaram e isso esvaziou a identidade auxiliar ». Portanto, dos « centros de educação popular ou de promoção social a serviço » de bases, grupos e comunidades, passando-se pelos « centros de assessoria e apoio » a movimentos sociais, chegou-se a partir de finais dos anos 1980 às ONGs de protagonismo próprio, com o investimento na adoção do nome e o estabelecimento de determinados padrões de legitimidade correlatos aos novos tempos de fim de década.

E se essa história de gestação das ONGs iniciou-se aqui pela narrativa de um caso revelador de propriedades desse conjunto de organizações, o Encontro de 1972, termina pela menção a um outro encontro fundador – onde « surge » o nome – esse realizado no Rio quatorze anos depois, em maio de 1986. Na invenção e convocação desse « Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros » estavam personagens e organizações veteranas, que se haviam consolidado nessa trajetória narrada aqui. Assim como o Encontro *ad hoc* de 1972, essa foi iniciativa reforçada a partir de articulações internacionais prévias, agora não apenas com agências de cooperação internacional, mas também com centros de outros países latinoamericanos que vinham se articulando de forma análoga, numa extensão internacional da rede horizontal.

Durante três dias, reuniram-se diretores de 30 entidades das várias regiões do país – os convidados selecionados pelo grupo com poder de convocação, os reconhecidos como pertencentes à rede – e mais agentes de 3 organizações internacionais « parceiras », para discussão de pauta inédita: inaugurava-se uma problemática, a da identidade institucional para além de suas especificidades de linhas e temas de ação e da sua existência « a serviço ». Na ocasião, manifestaram-se desconfianças e estranhezas, houve até quem se retirasse, na melhor tradição dos « centros », com a justificativa de que não cabia qualquer discussão sobre si próprio, mas sim sobre as questões da « realidade brasileira » e dos movimentos sociais e populares, razão de sua existência²². Mas a quase totalidade de diretores de organizações presentes, os com razoável capacidade de convocação em suas regiões, voltou para suas bases locais com a idéia de que uma nova era, com novos padrões de reconhecimento da existência de suas entidades – e de suas ocupações profissionais – se anunciava. Pela primeira vez, ouviam o termo classificatório ONG e discutiam questões que marcariam um processo de afirmação de crenças e instâncias legitimadoras de um conjunto de entidades com um novo nome próprio. « É necessário acabar com a atitude envergonhada em assumir a instituição » – dizia um dos organizadores do Encontro, na contra-corrente da cultura da militância anônima reinante e, como se falava, da síndrome de clandestinidade – estimulando a « dedicação exclusiva » às tarefas de construir a organização. A agenda central do encontro propunha a discussão dos papéis dos « centros » com relação ao Estado, aos movimentos sociais e à cooperação internacional, tendo portanto como consequência a criação e consolidação, relacionalmente, de uma identidade distintiva própria a essas organizações. Sintomaticamente, discutiram-se ainda temas até então delicados para o campo, como a « profissionalização e especialização », ou os « salários suficientes » para um trabalho de institucionalização que « demanda tempo e energias ».

22. Essas observações são tiradas de minha participação, enquanto observadora, no Encontro.

Nesses três dias, discutiram-se denominações possíveis para se auto-designar coletivamente e debateu-se sobre a impropriedade de uma definição por negação, o não governamental. Mas a questão que de fato se impunha para um conjunto de agentes era a de produzir as condições de se apropriar do antigo e polissêmico termo ONG, pondo o senso comum de seu lado, como diria Pierre Bourdieu, num contexto de crescente democratização e diversificação institucional no país, antes que algum aventureiro o fizesse.

Como se sabe hoje, a coisa deu certo e em pouco tempo essa expressão importada passou a fazer sentido e ter visibilidade na cena nacional, interessando pouco a pouco à mídia. Uma publicação idealizada a partir desse Encontro de centros de promoção e realizada no Instituto de estudos da religião (ISER) deu origem à talvez primeira reportagem de destaque sobre as ONGs, em 88, no *Jornal do Brasil*, onde se anunciava pelo título que « Organizações não governamentais tomam conta do país », apontando-se para a existência de « uma multidão de letras que, a partir da década de 1970, passou a frequentar os jornais e o cotidiano dos brasileiros. Agora elas estão unificadas numa só sigla : ONGs » (*Jornal do Brasil*, 9/4/88) – como se vê, reproduzindo-se e se consagrando traços da nossa versão da história²³.

História que termina aqui quando o nome, e as organizações particulares por ele designadas, apenas começam a se tornar conhecidos.

Se continuasse, teria que mostrar como, desses tempos de lançamento – finais de 1980 – para cá, a « sigla » foi ganhando crescente reconhecimento e o conjunto de organizações estruturando-se mais claramente. Fatores e sintomas desse processo foram, por exemplo, acontecimentos particularmente legitimadores, como um grande encontro internacional promovido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 1991, no Rio de Janeiro, com as ONGs brasileiras – no caso, tanto o grupo de ONGs convocador como o conjunto convidado reproduziam de forma ampliada os mesmos personagens do Encontro de Promoção de 1986. Ou ainda outro evento de maior peso, a UNCED (United Nations Conference for Economic Development), realizada no Rio, – a ECO 92 – onde as chamadas ONGs montaram enorme reunião internacional paralela e mereceram grande atenção da mídia (sendo-nos então apresentada inclusive, segundo o jargão do meio, uma « sociedade civil planetária »).

A essas alturas e acompanhando dinâmicas da sociedade, as chamadas ONGs progressivamente desdobravam-se em conjuntos temáticos referidos a grupos sociais recortados de forma diversa, com agentes de trajetórias diferenciados : como se sabe e foi dito, as feministas, ambientalistas, anti-racistas, de crianças e adolescentes, de portadores de HIV, etc. As recém-chegadas, uma vez adotando o nome que, agora, possuía seu valor no mercado simbólico, reforçavam – inclusive por suas diferenças – a identidade de um conjunto, ou de um « campo » formado por organizações de

23. A publicação, que possivelmente teve seu papel, àquele momento, quanto ao reconhecimento do campo inclusive para si próprio, era « Sem fins lucrativos : as Organizações não governamentais no Brasil », volume organizado por mim com estímulo de Rubem Cesar Fernandes (Landim 1988), onde se reuniam alguns artigos e um cadastro de cerca de 1 200 entidades. A pretexto dessa publicação, saíram à época algumas reportagens que contribuíram para reforçar a imagem das ONGs como entidades à esquerda do espectro político. Por exemplo, o professor da USP Jorge Boaventura, diante do volume mencionado, enquadrou – acusatoriamente – as ONGs numa estratégia de militantes de esquerda, a « preconizada por Gramsci para a conquista do poder das sociedades dos nossos dias » (*Folha de São Paulo*, 5/6/89). Outras menções surgiram referidas, por exemplo, à Constituinte : « Organizações não governamentais : entidades ajudam o lobby da esquerda na Constituinte » (*Folha de São Paulo*, 17/6/88).

traços peculiares, as ONGs – mesmo que essa identidade seja situacional²⁴. Grosso modo : organizações com razoável grau de independência em sua gestão e funcionamento, criadas voluntariamente, sem pretender caráter representativo e sem ter como móvel o lucro material, dedicadas a atividades ligadas a questões sociais, pretendendo a institucionalização, a qualificação do trabalho e a profissionalização de seus agentes, tendo a fórmula « projeto » como mediação para suas atividades, onde as relações internacionais – incluindo redes políticas e sociais e recursos financeiros – estão particularmente presentes. Organizações nas quais, finalmente, o ideário dos direitos e da cidadania é marca de peso, permeando e politizando atividades variadas (muitas vezes formalmente as mesmas que caracterizam o campo dito assistencial).

Essa pluralidade estará representada na ABONG, a primeira – e até hoje única – associação de ONGs no país, fundada em 1991 a partir de convocação da mesma rede cuja consolidação se descreveu aqui.

Considerando-se origens e quadros, certamente haverá especificidades a serem estudadas para cada um desses subconjuntos, não se reproduzindo a mesma história contada acima – e nem isso seria possível, dadas as transformações no espaço social e nas posições aí ocupadas por igrejas, universidades, sindicatos, movimentos de periferia, etc., dos anos 1970 para cá. O contexto de ditadura, da Teologia da Libertação, dos movimentos populares, em que os veteranos militantes dos « centros » construíram seus trabalhos transformou-se consideravelmente – mas nem por isso as organizações então criadas desapareceram, muito pelo contrário. E talvez, inclusive, uma pesquisa com essa pluralidade de ONGs atual mostre mais continuidades do que se pensa, entre agentes e ideários que frequentam subconjuntos de ONGs com temáticas diferenciadas. Pode-se pensar até em que medida, por detrás da decantada fragmentação de movimentos e sujeitos na sociedade contemporânea, há redes de organizações e agentes, nacionais e internacionais, impondo certas pontes e continuidades – e aí essas ONGs aqui descritas teriam o seu papel. Mas isso é outro estudo.

Através da reconstrução de origens, pretendi apenas sugerir algumas dimensões significativas para se qualificar as organizações que vêm sendo chamadas de ONGs, de uns dez anos para cá. Não surgem do nada, e o processo de seu reconhecimento e legitimidade na sociedade brasileira passa pela construção de relações objetivas e identificáveis. Se a expressão é polissêmica, adquiriu socialmente, no entanto, conotações específicas.

As entidades associadas à ABONG podem certamente ser consideradas como representando um universo mais amplo de organizações que se constituem com horizontes comuns de ideários e atividades e que ocupam posições análogas na sociedade brasileira. Quantas seriam ? É problemático contar um conjunto cujas fronteiras são fluidas e cuja definição está sujeita às chuvas e trovoadas das classificações sociais construídas de modo situacional. Se tomarmos todas as listagens já produzidas pelas próprias organizações que se auto-denominam em algum contexto de ONGs, as quais

24. No geral, essas organizações vivem fortemente a tensão entre serem movimento ou instituição, entre serem movimento ou ONG, o que se explicita em contextos diferenciados, onde inclusive se auto-classificam de modo variado. Assim, frequentemente estamos diante de movimentos sociais em grande parte compostos por ONGs (e o de mulheres, ou o ambientalista, são talvez os mais evidentes), ou mesmo diante de processos de construção de identidades e sujeitos políticos em que as chamadas ONGs têm peso (como negros, crianças e adolescentes, portadores do HIV, etc.).

configuram redes de comunicações, ou interações (mulheres, negritude, ambientalistas, etc., etc.), chegamos a algo em torno de 4, ou 5 mil entidades. É pouco, se pensarmos no vasto universo de organizações da sociedade civil no Brasil, ou mesmo apenas nas dedicadas à ação social. No entanto, pode-se pressupor que essas ONGs contam, nos últimos anos, enquanto protagonistas no espaço político e social brasileiro.

1998/2002
Leilah LANDIM
Universidade federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brésil

BIBLIOGRAFIA

- CEDI 1984 Número especial comemorativo da revista *Tempo e Presença*, 192, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, R.C. 1985, « Sem fins lucrativos », *Comunicações do ISER*, 15, Rio de Janeiro, ISER.
- FERNANDES, R.C. & PIQUET, L. 1992, *ONGs anos 90 ; a opinião dos dirigentes brasileiros*, Textos de Pesquisa, Rio de Janeiro, ISER.
- LANDIM, L. & COTRIM, L. 1996, *ONGs : Um perfil – Cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)*, Rio de Janeiro-São Paulo, ISER – ABONG.
- LANDIM, L. ed. 1988, *Sem fins lucrativos. As Organizações não governamentais no Brasil*, Rio de Janeiro, ISER.
- LANDIM, L. 1993, *A invenção das ONGs : do serviço invisível à profissão sem nome*, Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu nacional – UFRJ, mimeo.
- Leite LOPES, J.S. 1980, « Comentários ao artigo de Ivo Lesbaupin », *Religião e Sociedade*, 5, Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora.
- LESBAUPIN, I. 1980, « A Igreja católica e os movimentos populares urbanos », *Religião e Sociedade*, 5, Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora.
- MUEL-DREYFUS, F. 1983, *Le Métier d'éducateur*, Paris, Éditions de Minuit.
- Oliveira NETO, W. 1992, « As ONGs e o fundo público », in *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*, Rio de Janeiro, IBASE – PNUD.
- OLIVEIRA, F. de 1997, « Exposição no painel « Caminhos da Institucionalização : Cooperação internacional, Estado e Filantropia » », *Cadernos de Pesquisa*, Centro brasileiro de análise e planejamento (CEBRAP), 6, São Paulo, Entrelinhas.
- PALMEIRA, M. 1985, « A diversidade da luta no campo : luta camponesa e diferenciação do campesinato », in V. de PAIVA (ed.), *A igreja e a questão agrária*, São Paulo, Ed. Loyola.
- SOUZA, H. de 1992, « As ONGs na década de 90 », in *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*, Rio de Janeiro, IBASE – PNUD.